

Estudos Baseados em Prática: Conceitos, História e Perspectivas

Marcelo Bispo

Resumo

Com o avanço dos estudos organizacionais no que se refere a aspectos subjetivos, tácitos e estéticos, surge a necessidade de adequações ontológicas, epistemológicas, teóricas e metodológicas. Dentro desse avanço, o movimento dos Estudos Baseados em Prática (EBP) capta a atenção de muitos pesquisadores ao redor do mundo. Este artigo tem como seu principal objetivo organizar, sistematizar, sintetizar e apresentar os princípios do movimento dos Estudos Baseados em Prática a partir dos seus principais conceitos, história e perspectivas. A pesquisa busca contribuir para organizar alicerces que permitam o desenvolvimento de uma agenda brasileira de pesquisa organizacional pautada pelos Estudos Baseados em Prática.

Palavras-chave

Estudos Baseados em Prática. Prática. Comunidades de Prática. Teoria Ator-Rede. Estudos no Local de Trabalho.

Abstract

With the advancement of organizational studies regarding the subjective, tacit and aesthetic aspects, it arises the need for ontological, epistemological, methodological and theoretical adjustments. Within this advance, the movement of Practice-based Studies (PBS) captures the attention of a lot of researchers around the world. This article has as its main objective to arrange, organize, summarize and present the principles of the movement of Practice-based Studies from its main concepts, history and perspectives. The research aims to contribute to organizing foundations that enable the development of a Brazilian research agenda guided by organizational PBS.

Keywords

Practice-based Studies. Practice. Communities of Practice. Actor-Network Theory. Workplace Studies.

INTRODUÇÃO

Com o avanço dos estudos organizacionais e dos fenômenos pertinentes às organizações, sobretudo, aqueles de ordem subjetiva, tácita e estética, apresenta-se a necessidade da busca por novas contribuições ontológicas, epistemológicas, teóricas e metodológicas para que seja possível ampliar e aprofundar o conhecimento e a compreensão acerca de tais fenômenos. Assim, o movimento dos Estudos Baseados em Prática (EBP) surge e começa a ganhar a atenção de muitos pesquisadores ao redor do mundo e, recentemente, também no Brasil. De acordo com Antonello e Godoy (2009):

Os estudos baseados em práticas partem da noção de uma realidade emergente, do conhecimento como uma atividade material, conectada a artefatos materiais: o social não só está relacionado aos seres humanos, mas também a artefatos simbólicos e culturais. A noção de prática é rica à medida que articula a noção de espaço-tempo do fazer dos atores, isto é, como práticas “situadas”, implicando incertezas, conflitos e incoerências como características intrínsecas a essas práticas. Acredita-se que esta nova noção do processo de aprendizagem organizacional pode gerar consideráveis *insights* em sua natureza, contribuindo também para a compreensão da micro e macro-dinâmica da organização, e para o fluxo de mudança em um sistema social. Para obter esses *insights* é necessário, porém, repensar os métodos que devem fazer parte de nossa caixa de ferramentas, devido à natureza interpretativa do processo em questão (p. 279-280, grifos das autoras).

Gherardi (2006) aponta que o destaque para os EBP está no reconhecimento das ciências sociais enquanto promotora da discussão acerca da limitação da racionalidade e o questionamento do paradigma funcionalista nos estudos organizacionais. Sugere que essa perspectiva abre a possibilidade de entender que é possível fazer ciência sem, necessariamente, buscar generalizações.

Tal entendimento possibilita trabalhar com os fenômenos de maneira situada, considerando que a temporalidade e a historicidade têm valor significativo para uma melhor compreensão dos mundos sociais. Segundo a autora, essa forma de pensar as organizações valoriza o que ela coloca como *knowing-in-practice*, ou seja, significa que o conhecimento é situado como um processo social, humano, material, estético, emotivo e ético. Significa também que o conhecimento é construído a partir das práticas, num processo que associa o *knowing* (conhecer) ao *doing* (fazer).

Diante do exposto, considera-se que o dia a dia das organizações de trabalho é composto pela negociação entre pessoas e grupos na criação do conhecimento, o que envolve o significado das palavras, ações, situações e os artefatos materiais. Todos esses elementos participam e contribuem para o mundo social culturalmente estruturado e constantemente reconstituído pelas atividades de todos aqueles atores que o compõem (GHERARDI, 2006). Nesse sentido, as práticas sociais assumem papel relevante na organização social assim como nas suas formas de perpetuação e mudança.

Dessa forma, este artigo tem como seu principal objetivo apresentar o movimento dos

Estudos Baseados em Prática a partir dos seus conceitos, história e perspectivas, a fim de contribuir para que os interessados pelo tema possam compreendê-lo melhor e, se assim desejarem, adotá-lo em uma ou mais de suas perspectivas para a realização de pesquisas futuras. Em outras palavras, o artigo busca trazer uma introdução ao tema.

Além dessas considerações iniciais, o artigo traz, na sua sequência, uma discussão sobre o conceito de prática social, apoiando-se nos autores que mais contribuem nas reflexões dos estudiosos do tema, seguido de um breve histórico do movimento denominado Estudos Baseados em Prática para, em seguida, apresentar os principais conceitos constituintes do tema. Depois, são apresentadas as principais perspectivas que compõem os EBP e, por fim, as considerações finais.

O CONCEITO DE PRÁTICA SOCIAL

Segundo Nicolini, Gherardi e Yanow (2003), a noção de prática, na sua essência filosófica, está baseada em quatro grandes áreas do saber – na tradição marxista, na fenomenologia e no interacionismo simbólico, além do legado de Wittgenstein. Nessas áreas, podem ser citados fenômenos como: conhecimento, significado, atividade humana, poder, linguagem, organizações, transformações históricas e tecnológicas, as quais assumem lugar e são componentes do campo das práticas para aqueles que delas compartilham.

Iniciando pelo marxismo, a noção de prática traz em seu bojo a ideia de que conhecemos apenas fatos e esses, por sua vez, são objetos da nossa prática, de modo que o pensamento e o mundo estão sempre associados à atividade humana. Dessa maneira, o pensar é apenas uma das ações humanas, a prática é composta pela união de nossa produção do mundo com o resultado desse processo. A prática é sempre o produto de condições históricas específicas, resultantes de práticas prévias que se transformam em nossa prática presente. O processo material de produção envolve tanto a criação de bens quanto a reprodução da sociedade. A grande contribuição dessa tradição é epistemológica e metodológica no sentido de que a prática é um sistema de atividades em que o saber não está separado do fazer e considera a aprendizagem uma ocorrência social e não apenas uma atividade cognitiva (NICOLINI; GHERARDI; YANOW, 2003).

A fenomenologia considera que o cotidiano da vida organizacional acontece por meio das atividades de trabalho, aprendizagem, inovação, comunicação, negociação, conflitos sobre objetivos, a interpretação desses mesmos objetivos, além da história, o que equivale a dizer que estão presentes na prática. Todos esses elementos são parte da existência humana e, sob o prisma dessa abordagem, não há distinção entre sujeito e objeto (NICOLINI; GHERARDI; YANOW, 2003). Tal concepção ocorre a partir do princípio de que tanto sujeito quanto objeto só têm sentido, enquanto construção de significado, ou seja, não podem ser entendidos isoladamente. Na fenomenologia, a prática é uma construção de significado partindo da interação de todos esses elementos humanos e não humanos.

Para os autores, o interacionismo simbólico também traz uma contribuição significativa à compreensão da construção coletiva, por destacar as interações entre os indivíduos, assim

como entre indivíduos e objetos, de modo que todo tipo de conhecimento é acessado por meio da interação.

Outros aspectos do interacionismo simbólico merecem destaque. De acordo com Blumer (1986), o movimento do interacionismo simbólico está alicerçado em três premissas: a primeira afirma que os seres humanos agem com relação aos fatos baseando-se no significado que eles têm para os grupos a que pertencem. Esses fatos incluem tudo que os seres humanos podem notar como objetos físicos, outros seres humanos, categorias de indivíduos como amigos ou inimigos, instituições, ideais, atividades dos outros e situações encontradas em seu cotidiano; a segunda evidencia que o significado dos fatos deriva ou surge da interação social entre um membro e outro; finalmente, a terceira premissa estabelece que o significado dos fatos é apropriado e modificado por um processo interpretativo usado pelo homem para poder lidar com os eventos com os quais se defronta.

Em suma, o interacionismo simbólico indica que os significados que os fatos têm para os seres humanos são centrais em sua conduta. Assim, a interação humana mediada pela linguagem e o uso de símbolos para a interpretação dos fatos é o que possibilita o acesso ao significado das ações dos outros no contexto vivido (BLUMER, 1986).

Um outro pensamento que contribui para a compreensão da prática é o legado de Wittgenstein, o qual traz a importância dos elementos da linguagem e do significado em sua relação com a própria prática por meio dos jogos de linguagem. Para Wittgenstein, é a linguagem que promove a prática social e possibilita a construção de significado e sentido. Assim, a participação em uma prática implica em fazer parte do jogo linguístico, apropriando-se dele. A linguagem não é apenas um meio de transmitir informação, mas uma ação que constrói sentido e a própria prática. Essas ideias revelam que um entendimento prático é sempre tácito, um jogo silencioso, não traduzido por palavras (NICOLINI; GHERARDI; YANOW, 2003).

Gherardi (2006) destaca as reflexões e contribuições teóricas de Bourdieu, Giddens e Garfinkel. Tal recorte não significa que foram apenas esses autores a refletir sobre prática, ou que o avanço dos Estudos Baseados em Prática é associação das suas teorias e concepções, ao contrário, destaca apenas que eles influenciaram o pensar sobre o conceito de prática nesse movimento.

Começando por Pierre Bourdieu, é oportuno mencionar que suas concepções teóricas de capital simbólico, campo e *habitus* orientavam suas reflexões acerca das práticas sociais. Para ele, a relação agente-estrutura é mediada pelo conceito de *habitus*. Esse conceito baseia-se em uma “lei imanente” que origina esquemas mentais de percepção, pensamento e ação que caracterizam o comportamento dos indivíduos, ou seja, é produto da fixação e apropriação de objetos do sistema estrutural como a língua e a economia que são reproduzidos de forma durável (BOURDIEU, 1977).

O *habitus* serve de elo entre a estrutura (campo) e o agente (indivíduo). Já o conceito de campo, está relacionado à estrutura e trata-se do reconhecimento da existência de formações sistêmicas que atuam sobre os agentes sem que eles tenham consciência ou possam nelas

intervir (COSTA, 2005). A combinação entre agente-estrutura é o que Bourdieu denominou *construtivismo estruturalista* (COSTA, 2005; GHERARDI, 2006; BOURDIEU, 1977), no qual a combinação da estrutura objetiva – campo – se relaciona com o individual subjetivo – agente – mediados pelo *habitus*. Em outras palavras, a teoria de prática para Bourdieu está na relação entre as práticas dos atores e as estruturas objetivas sociais introduzidas, as quais são mediadas pelo conceito de *habitus* entre essas duas dimensões e ocorrem de forma tácita (BOURDIEU, 1977; GHERARDI, 2006).

Bourdieu não leva em conta, no seu trabalho, as práticas nos locais de trabalho de modo a desconsiderar o processo de socialização secundária a partir das interações com profissionais e comunidades de prática. Gherardi (2006) complementa afirmando que as estruturas mentais e as estruturas objetivas fazem parte de uma mesma imagem vista por meio de um espelho. A influência e contribuição de Bourdieu nos EBP está em reforçar a relação agente-estrutura para o entendimento da ação social, assim como as formas de reprodução social, além de considerar que o capital simbólico trata de um conhecimento prático. (GHERARDI, 2006).

Já Anthony Giddens (1984), por meio da sua teoria de *estruturacão*, também busca conciliar a relação agente-estrutura, no entanto, com uma abordagem diferente. Em sua concepção, as práticas são procedimentos, métodos ou técnicas que são executadas de forma hábil pelos agentes sociais, o que sugere uma certa relação com as preocupações dos etnometodologistas (COHEN, 1999). Tal teoria tem como foco como a práxis social produz e reproduz a vida social, contudo, as investigações de Giddens não tinham uma busca epistemológica sobre o tema, mas um esforço de cunho ontológico, uma vez que, para ele, o ponto principal está no fazer humano e não nas formas de conhecer esse fazer (GIDDENS, 1984; COHEN, 1999).

A teoria da estruturacão preconiza também que a relação estrutura-agente é tácita e está intimamente relacionada ao fato de que a estrutura assume uma dualidade de ser, ao mesmo tempo, meio e resultado da reprodução das práticas, e o agente, levando em conta possíveis assimetrias de poder em determinados contextos interacionais, reproduz, mas também produz, a configuração da estrutura. A estruturacão refere-se à reprodução das relações sociais através do tempo e do espaço (GIDDENS, 1984; COHEN, 1999).

Gherardi (2006) aponta que o conceito de reflexividade é fundamental no entendimento da teoria proposta por Giddens, uma vez que as práticas na visão desse autor são o resultado de um processo de recursividade espaço-temporal, na qual se cria uma dependência entre a prática e a ação de praticar.

Por fim, Garfinkel (2006), com sua abordagem teórico-metodológica denominada *etnometodologia*, busca compreender a produção e reprodução social por meio das práticas cotidianas dos atores. Para ele, as interações geram um processo de negociação do fazer coletivo que cria, em torno das práticas do dia a dia, a identidade coletiva de um grupo. O autor também evidencia que as práticas são realizações contingentes em que todo o ambiente deve ser entendido como auto-organizador no que diz respeito ao seu reconhecimento e ordem social.

As ações padronizadas são descobertas, criadas e mantidas pelos atores sociais durante o curso dessas mesmas ações, as atividades cotidianas exibem uma estrutura formal independente de qualquer grupo de atores, contudo, é produzida e reconhecida como uma realização prática e situada dos membros de um grupo (COHEN, 1999).

Uma grande parte das ações e interações não é baseada em acordos compartilhados, mas constitui-se em torno de um conjunto de pressupostos tácitos que não são completamente explicados ou, completamente explicáveis, uma vez que são absorvidos tacitamente. Desse modo, a ação social está estritamente ligada a uma condição moral em que os atores a reconhecem como correta, legítima e adequada para um contexto específico (GHERARDI, 2006).

As contribuições de Bourdieu, Giddens e Garfinkel para o entendimento das práticas sociais têm como pano de fundo a busca pela compreensão de como são produzidas e reproduzidas as formas de organizar dos atores sociais. Uma diferença significativa entre as abordagens é que, para Bourdieu e Giddens, há a necessidade de compreender como se reconcilia agente e estrutura. Entretanto, Garfinkel não considera que existe, de fato, níveis para entender os fenômenos, pois, para ele, a divisão em níveis é apenas uma abstração. Por outro lado, é possível afirmar que Bourdieu, Giddens e Garfinkel avaliam que a organização social é, essencialmente, de interações com alto grau de tacitude e simbolismo. O quadro 1 apresenta de forma resumida o conceito de prática para Bourdieu, Giddens e Garfinkel.

Quadro 1 – O conceito de prática para Bourdieu, Giddens e Garfinkel

Autor	Conceito de Prática
Pierre Bourdieu	A teoria de prática para Bourdieu está na relação entre as práticas dos atores e as estruturas objetivas sociais introduzidas que são mediadas pelo conceito de habitus entre essas duas dimensões que ocorre de forma tácita (BOURDIEU, 1977).
Anthony Giddens	As práticas para Giddens são entendidas como procedimentos, métodos ou técnicas que são executadas de forma hábil pelos agentes sociais, o que sugere uma certa relação com as preocupações dos etnometodologistas (GIDDENS, 1984).
Harold Garfinkel	As práticas são realizações contingentes em que todo o ambiente deve ser entendido como auto-organizador no que diz respeito ao seu reconhecimento e ordem social (GARFINKEL, 2006).

Fonte: autor

Gherardi (2006) aponta que uma definição direta de prática implica num reducionismo que o conceito não possui. Entretanto, a partir de sua definição, enfatiza que é necessário buscar os fundamentos que servem de base para entender prática. Dessa maneira, utilizando como referência pressupostos fenomenológicos e etnometodológicos, define “uma prática como um modo relativamente estável no tempo e socialmente reconhecido de ordenar elementos heterogêneos em um conjunto coerente” (GHERARDI, 2006, p. 34, grifos meus). A partir dessa definição, a autora faz referência a quatro características fundamentais para o

entendimento do termo prática. Primeiro, como um grupo de atividades adquire significado e torna-se reconhecido enquanto unidade, de modo que o foco deve sempre ser no conjunto que as atividades assumem num contexto de ação situada. Segundo, o tempo em que essa ação situada se mantém. Terceiro, a condição de ser reconhecida socialmente e, por fim, um modo de organização de mundo.

OS ESTUDOS BASEADOS EM PRÁTICA (EBP)

O estudo da vida social a partir das práticas não é algo, necessariamente, novo como já foi discutido na seção anterior. Na década de 1950, Garfinkel já iniciava suas reflexões e pesquisas acerca de como uma coletividade se constituía e perpetuava a partir das suas práticas. Os Estudos Baseados em Prática foram muito influenciados pela etnometodologia, fenomenologia e pelo legado de Wittgenstein, além de alguns elementos marxistas e outros pensamentos mais contemporâneos como os desenvolvidos por Pierre Bourdieu e Anthony Giddens, também já discutidos neste estudo. Entretanto, na área de administração, a utilização das práticas sob essa perspectiva é recente.

A história do movimento dos EBP

Foi um simpósio da *Academy of Management*, em 1998, proposto por Davide Nicolini e Dvora Yanow que marcou a organização de um grupo de pesquisadores que, ao perceberem que tinham pressupostos e referenciais teóricos semelhantes nos quais utilizavam as práticas como meio de compreender a aprendizagem, o conhecimento e as organizações, que o movimento dos EBP se constituiu enquanto objeto de pesquisa de um grupo de acadêmicos na área de gestão. A articulação se deu com os trabalhos de pesquisa de Etienne Wenger sobre comunidades de prática, Frank Blackler com a teoria da atividade, Silvia Gherardi e Davide Nicolini com a teoria ator-rede e Dvora Yanow com a abordagem cultural. O principal objetivo daquele encontro foi estabelecer um tema “guarda-chuva” que pudesse encampar as semelhanças e interesses existentes entre os pesquisadores¹.

Um segundo passo na articulação do grupo dos Estudos Baseados em Prática foi a publicação de uma edição especial da revista *Organization* em 2000 (v. 7, n. 2) editada por Silvia Gherardi para reunir e divulgar parte dos artigos apresentados no encontro da *Academy of Management*. Por fim, essa fase inicial do movimento culminou com a publicação do livro *Knowing in Organizations: A Practice-Based Approach* editado por Davide Nicolini, Silvia Gherardi e Dvora Yanow em 2003, o qual traz a publicação dos artigos da revista.

Em 2005, no XXI Encontro do *European Group for Organizational Studies – EGOS* – realizado em Berlim com o tema “*Unlocking Organizations*”, foi criado o sub-grupo 6 “*Practice-based studies of knowledge, work and technology*” liderado por Harry Scarbrough, Reijo Miettinen and Christian Heath e apresentava os seguintes interesses de trabalhos:

- as implicações dos estudos baseados em prática para a integração do conhecimento

no processo de inovação;

- a relação entre as práticas de grupos de experts e a formação e utilização do conhecimento específico;
- tecnologias de informação e comunicação no desenvolvimento de práticas de trabalho, relações sociais e fluxo de conhecimento, incluindo seus efeitos mediatizados na distribuição do poder dentro e entre os locais de trabalho;
- o papel dos objetos e artefatos na produção e transformação do conhecimento no local de trabalho e ambiente organizacionais; e
- a constituição e moldura de ferramentas e tecnologias na interação e comunicação no trabalho e ambientes organizacionais.

Em 2006, o evento foi realizado em Bergen – Noruega – e tinha como tema principal “*The Organising Society*”, o sub-grupo 6 foi liderado por Davide Nicolini, Poul Olsen e Michael Lounsbury sob o título “*Exploring the relationship between practice, institution and change in the ‘Organizing Society’*” e tinha como interesse trabalhos que abordassem:

- as práticas da institucionalização;
- os processos de emergência, estabilização e institucionalização das práticas;
- o papel da prática em alavancar mudança institucional;
- as relações entre práticas disursivas e efeitos institucionais;
- o estudo de campos institucionais como vários modos de práticas;
- prática, instituição e agência; e
- a noção de prática como “o artifício” na ordem institucional.

Em 2007, o EGOS foi realizado em Viena, Áustria, com o tema “*Beyond Waltz: Dances of Individual and Organizations*”. O sub-grupo 6 foi coordenado por Silvia Gherardi, Maria Bonnafous-Boucher e Wanda Orlikowski sob o título “*The waltz of practice and practicing*”. Diferentemente dos anos anteriores, o grupo resolveu fazer a chamada de artigos de uma maneira diferente, com o seguinte chamado:

Imagine que você foi convidado a um jantar trivial em que todos devem trazer um prato. Todos devem contribuir para tal ocasião social e espera-se que cada um traga algo de valioso: uma boa experiência, uma conversa estimulante, o prazer de conhecer novas pessoas, a alegria de reencontrar velhos amigos e assim por diante.

Nessa ocasião, foram submetidos 83 resumos e 52 artigos foram apresentados. Ainda hoje existem grupos que coordenam sub-grupos no EGOS relacionados ao movimento dos EBP. Entretanto, desde o simpósio de 1998 do *Academy of Management* até a edição de 2007 do EGOS é que se constituiu o grupo de professores e pesquisadores considerados como precursores dos EBP.

Quadro 2 – Conceitos-chave nos Estudos Baseados em Prática

Conceito	Breve Descrição
Learning	Conceito relacionado a uma aprendizagem coletiva, ou seja, learning é um processo pelo qual os atores sociais tornam-se membros de um grupo (GHERARDI, 2001; GHERARDI, NICOLINI, 2001). Portanto, learning, mesmo quando estamos falando de uma pessoa, implica, necessariamente, em uma condição de grupo, seja na possibilidade de ingresso e efetivação como membro – no caso dos novatos – ou ainda, como uma forma negociada entre os membros de produzir, reproduzir ou modificar as práticas que identificam aquele grupo.
Knowing	A partir desse conceito, as práticas constituem-se, sustentam-se e modificam-se. O conceito de knowing é utilizado para evidenciar a dinâmica existente no conhecimento quando ele está associado à prática. O knowing como representação transmite a ideia de uma rede social tecida em torno de um domínio de conhecimento, ou seja, uma prática. Dessa forma, tomar contato com o knowing é tornar-se um insider numa comunidade de prática, assim o conhecimento é mediado pelas relações sociais e o knowing é parte de uma adequação a um hábito social (GHERARDI, 2001).
Organizing	Conceito que estabelece a articulação entre sujeitos (indivíduo, coletividade, organização e instituição) e objetos, também denominados de artefatos, ambos em torno de uma prática (CZARNIAWSKA, 2008; GHERARDI, 2006). O conceito significa o processo organizativo de uma coletividade representado por suas práticas que o possibilita ser identificado enquanto organização. O princípio do conceito de organizing é que aprender e organizar são fenômenos entrelaçados. Para Clegg, Hornberger e Rhodes (2005), o conceito de organizing implica em um movimento não racional permanente, o que faz com que uma organização não seja nunca definida racionalmente.
Estética	Conceito associado às faculdades sensoriais em que pessoas e estudiosos organizacionais produzem conhecimento não-verbal. Para sua compreensão é preciso uma lógica baseada no visual, gestual e outras formas de criação de conhecimento com apelo, muitas vezes, intuitivo. Entretanto, a atenção do pesquisador para os sentidos humanos e para a criação de conhecimento passa, primeiramente, pela sua capacidade de perceber suas habilidades sensoriais para pesquisa.
Textura Organizacional	Conceito decorrente da conexão estabelecida entre os atores sociais na ação (as organizações se formam a partir das práticas coletivas dos atores) e o conjunto das práticas. A textura organizacional possibilita a criação de identidade para a organização.
Conhecimento sensível	Conceito sobre o que é percebido por meio dos sentidos, julgado por meio dos sentidos, produzido e reproduzido por meio dos sentidos. Reside no visual, no auditivo, no olfativo, no degustativo, no toque e no julgamento sensitivo-estético, gerando relações dialéticas com a ação e relações próximas com as emoções (STRATI, 2007, p. 62).
Taste-making	Conceito referente a “um processo discursivo, emergente e coletivo que constantemente refina as práticas e que é feito pelas falas e dito pela ação do ‘fazer’ ” (GHERARDI, 2009, p. 536). O taste-making é o processo pelo qual os membros de uma comunidade buscam aprimorar suas práticas por meio do sensible knowledge.

Fonte: Autor.

Conceitos-chave nos Estudos Baseados em Prática

Para compreensão das consequências metodológicas na adoção do conceito de prática para pesquisa nas organizações, é preciso haver um esclarecimento dos principais conceitos dessa abordagem, recorrentes em todas as suas perspectivas. O Quadro 2 (pág. 95) traz uma breve descrição dos principais conceitos relacionados aos EBP.

As Tradições dos Estudos Baseados em Prática

Para Nicolini, Gherardi e Yanow (2003), os Estudos Baseados em Prática oferecem uma nova maneira de estudar a aprendizagem e a geração de conhecimento nas organizações, por oferecer uma nova ontologia e epistemologia. A ontologia configura-se a partir de um vocabulário específico caracterizado por ser relacional, construtivo, heterogêneo e situado. Desse modo, o mundo apresenta-se relacionalmente constituído e assemelhando-se a uma rede de elementos heterogeneamente conectados e perpetuados por um processo ativo de organização de sentido. Assim, as práticas podem ser associadas a um trabalho de bricolagem que reúne elementos materiais, mentais, sociais e culturais num contexto situado.

Os autores sugerem uma classificação com quatro tradições dentro dos estudos baseados em prática e afirmam ser essa apenas uma maneira de enxergar as perspectivas existentes no campo de estudos que empregam as práticas como ponto de vista. Contudo, a classificação feita pelos estudiosos contribui para que seja possível um melhor entendimento e uma ampliação dos estudos nessa área. Gherardi, em seu trabalho de 2006, introduz mais uma tradição que é a das práticas em local de trabalho (*workplace studies*). Para facilitar e resumir as principais características de cada uma das tradições, foi elaborado o Quadro 3 (pág. 97).

É importante observar que o quadro 3 é apenas uma organização simples e genérica de cada uma das tradições colocadas por Nicolini, Gherardi e Yanow (2003) e Gherardi (2006) e serve de orientação para leitura e interpretação das abordagens que são descritas de forma mais completa nos itens seguintes deste artigo. De acordo com os próprios autores, não há uma fronteira exata entre as tradições, assim como não é possível afirmar que há uma teoria pronta acerca das práticas, se tratando apenas de contribuições na construção desse campo de estudos e pesquisas.

A TRADIÇÃO CULTURAL INTERPRETATIVA

A tradição cultural interpretativista fundamenta-se na ontologia, epistemologia e metodologias dos estudos organizacionais que compreendem a cultura organizacional como um fenômeno socialmente construído e situado a partir dos significados que os artefatos ganham em cada grupo ou contexto. Ao corroborar com Weick e Westley (2004) a ideia de que o termo “aprendizagem organizacional” traz um conflito ontológico, quando entendido e estudado com foco no indivíduo e conseqüentemente de maneira cognitivista em virtude da dificuldade de transpor uma condição individual para o nível de grupo, ou de uma organização, Yanow (2003) afirma que o estudo da aprendizagem organizacional

Quadro 3 – Tradições dos Estudos Baseados em Prática

Abordagem	Base teórica	Autores relevantes no contexto dos EBP	Descrição genérica
Cultural Interpretativa	Julgamento estético; Transmissão cultural.	Dvora Yanow Antonio Strati	Mostra como os artefatos e as interações sustentam os significados e o conhecer na prática sem um processo de intervenção. O julgamento estético é realizado a partir de alguém que faz considerações sobre as práticas relacionadas a seus sentidos.
Comunidades de prática	Interacionismo simbólico; habitus.	Etienne Wenger Marie-Léandre Gomez Isabelle Bouty Carole Drucker-Godard	Comunidades surgem e crescem da interação entre competência e experiência pessoal num contexto de engajamento com uma prática comum. As práticas sustentam as comunidades e os novos membros são admitidos num processo de legitimação periférica. As práticas são entendidas como estruturas (habitus).
Teoria da atividade cultural e histórica	Psicologia cultural de Vygostsky Praxis de Marx; elementos do interacionismo simbólico.	Yrjö Engeström Anne Puonti Laura Seppänen Frank Blackler Norman Crump Seonaidh McDonald	Nesta abordagem, as atividades são culturalmente situadas e mediadas pela linguagem e artefatos tecnológicos. As atividades são sempre desenvolvidas em comunidades e implicam em divisão do trabalho entre os membros. O trabalho orienta as práticas e as mudanças dessas.
Sociologia da translação / Teoria ator-rede	Combina elementos das outras abordagens com a distribuição do poder de Foulcault e a construção de significado de Wittgenstein.	John Law, Vicky Singleton Lucy Suchman, Silvia Gherardi David Nicolini	Uma interpretação sensitiva e um gênero baseado na noção de que o social não é nada mais do que um padrão de rede de materiais heterogêneos que incluem não apenas pessoas, mas também máquinas, animais, textos, dinheiro, arquiteturas, entre outros elementos que se ligam por um processo de ordenação. O foco está em como o conhecimento é construído, mantido e perpetuado.
Estudos no local de trabalho (workplace studies)	A relação da tecnologia na constituição do ambiente de trabalho; tecnologia como uma prática social.	Lucy Suchman Anni Borzeix	Considera o trabalho uma atividade em que sujeitos e objetos, presentes num conjunto, constituem e dão sentido para as atividades que emergem da sua interação.

Fonte: adaptado de Bispo e Godoy (2012)

a partir da cultura facilita a compreensão do aprender em nível organizacional, porque a cultura em si envolve uma condição coletiva. Para Weick e Westley (2004), focar os estudos de aprendizagem nas organizações, dando prioridade à cultura, implica em considerar o conhecimento enquanto condição de grupo e não exclusivamente cognitivo.

Dessa maneira, Yanow (2003) aponta que as práticas são uma forma de construção, manutenção e mudança cultural. Essa tradição enfatiza especialmente, as coletividades e seus atos, incluindo aí as interações com os objetos que são o foco desses atos, além da linguagem utilizada em cada um deles. Destaca, também, os espaços específicos de significados dos vários artefatos para os atores nas situações vivenciadas. Do ponto de vista metodológico, examina o “campo” a partir de um conjunto de métodos interpretativos designados para acessar e analisar os dados gerados.

Strati (2003) defende que, para a compreensão e apropriação das práticas nas organizações, é preciso haver um juízo estético dessas práticas que pode ser entendido como o conhecimento organizacional construído socialmente que implica na percepção daquilo que é perfeito ou imperfeito, bom ou ruim, certo ou errado, para os membros de um grupo. Julgar algo esteticamente é fazê-lo a partir dos sentidos. O autor acrescenta que

a estética, de fato, interconecta-se proximamente com o conhecimento tácito dos indivíduos, e ambos sinalizam a construção social pessoal do caminho em que cada pessoa interage para inventar, negociar e recriar a vida organizacional por meio da prática, experimentação e aprendizagem (STRATI, 2003, p. 72).

As pessoas, para desenvolver sua capacidade de realizar um juízo estético, precisam levar em conta aspectos como, por exemplo: realizar o trabalho no seu espaço de acontecimento; decidir seguir em frente com o tipo de trabalho e participar ativamente; ensinar alguém como fazer esse trabalho; selecionar a pessoa capaz de realizá-lo (STRATI, 2003). Segundo o autor, é preciso estar no lugar do outro para ser capaz de criticar, ou seja, é preciso assumir a condição de um membro do grupo.

Com as considerações dos posicionamentos de Yanow (2003) e Strati (2003), entender prática a partir da tradição interpretativa cultural é dar atenção aos significados que os artefatos têm para os indivíduos e conhecer o sentido que eles adquirem no coletivo. A compreensão dessas práticas implica em ser capaz de realizar uma compreensão estética do conhecimento gerado para ter a competência de criticar com os olhos de um *insider*.

A TRADIÇÃO DAS COMUNIDADES DE PRÁTICA

A tradição das comunidades de prática tem origem no trabalho de Lave e Wenger (1991), com estudos que buscam compreender como ocorre a transmissão de conhecimento nas organizações.

Wenger (1998) observa que existem sistemas sociais de aprendizagem unindo competência social e experiência pessoal. As comunidades de prática são espaços importantes de negociação, aprendizagem, sentido e identidade.

Em outro momento, o autor afirma que o sucesso das organizações depende da sua habilidade em se transformarem em sistemas sociais de aprendizagem à semelhança de uma indústria, uma região ou um consórcio. Tal afirmação está assentada na ideia de que os sistemas sociais de aprendizagem constituem-se em espaços de competências que, por sua vez, qualificam esses mesmos sistemas. No contexto das comunidades de prática, a competência abrange três aspectos. O primeiro é inerente ao desenvolvimento coletivo da compreensão de que há uma comunidade e a definição do motivo de sua existência e sobre a responsabilidade de cada membro. O segundo foca na interação entre os membros da comunidade de forma engajada para o estabelecimento de normas e relacionamentos que reflitam as interações. Por fim, o terceiro diz respeito à produção de um repertório comum que envolve linguagem, rotinas, sensibilidades, artefatos, ferramentas, histórias, estilos, entre outros elementos, pertinentes a cada grupo social (WENGER, 2003).

As comunidades de prática crescem a partir de ações convergentes de competência e experiência que envolvem engajamento mútuo, proporcionando espaço de negociação e participação direta (WENGER, 2003).

Brown e Duguid (1991), ao falarem sobre comunidades de prática, também manifestam a posição de que o conhecimento não é algo meramente abstrato. Para os autores, o conhecimento é prático e coletivo, assim as comunidades de prática são espaços que surgem, inicialmente, da integração de três elementos: trabalho, aprendizagem e inovação. A união desses elementos, em sua opinião, é fundamental para que as organizações possam ter um entendimento mais amplo e profundo de como surge o conhecimento, além de evidenciar a importância das práticas não canônicas, em outras palavras, as práticas entendidas como “informais” na organização, as quais possuem grande valor por carregarem consigo os elementos tácitos que não são possíveis de serem transmitidos através de ações formais.

Portanto, as comunidades de prática podem ser consideradas como um sistema de relacionamento entre pessoas que, por meio de atividades e de compreensão do mundo compartilhado, promovem contextos de aprendizagem situados. Seu foco está nas dimensões sociais interativas de aprendizagem situada que não são entidades estáveis ou estáticas, pois sempre existem movimentações, inclusive de entrada e saída de pessoas (ROBERTS, 2006).

Com relação à mudança de membros nas comunidades, Gherardi, Nicolini e Odella (1998) defendem a importância do conceito de participação periférica legitimada que teve sua origem com Lave e Wenger (1991). Por meio desse conceito, busca-se compreender como é o processo de socialização de um novo membro no grupo. O entendimento é de que existe um percurso que o novo membro deverá percorrer até ganhar a condição de membro efetivo, sendo capaz de disseminar o conhecimento adquirido para reproduzir as práticas com maestria. O caminho do novo membro até a condição de *expert* é chancelada pelo grupo no qual ele está inserido pelo processo de participação periférica legitimada (LAVE; WENGER, 1991).

Entretanto, no decorrer desse percurso, o novo membro deve aprender o que Gherardi, Nicolini e Odella (1998) chamam de currículo situado, identificando quais elementos devem ser aprendidos para que o indivíduo se torne um *expert*. Esse currículo é eleito por

uma construção coletiva já determinada pelo grupo e inclui não apenas conhecimentos técnicos mas também habilidades de relacionamento e comportamentais.

Na abordagem das comunidades de prática, há algumas posições controversas entre autores. Geiger (2009) menciona que Lave e Wenger (1991), apesar de entenderem que o processo de aprendizagem é situado, ainda apontam a cognição do indivíduo como a base da aprendizagem. Gherardi, Nicolini e Odella (1998) afirmam que na abordagem das comunidades de prática o foco deve estar nas práticas e não nas comunidades, como evidenciam Lave e Wenger (1991), pois, na opinião dos autores, são as práticas que sustentam as comunidades e não o contrário. Gherardi (2009a) sugere inclusive que o termo “comunidades de prática” seja substituído por “práticas de uma comunidade”. Para a autora, as práticas vêm antes das comunidades, as pessoas se agrupam em torno das práticas comuns a elas, as quais proporcionam a textura organizacional que promove sentido e identidade à comunidade ou ao grupo.

A TRADIÇÃO DA ATIVIDADE CULTURAL E HISTÓRICA

A tradição relacionada à teoria da atividade interpreta as práticas como atividades, explora as conexões entre evento e contexto e, a partir dessa relação, sugere uma agenda para uma ciência social interativa. Suas origens têm como base as ideias de mediação de Vygotsky e de atividade de Leontiev (BLACKLER; CRUMP; MCDONALD, 2003). Os autores afirmam que a teoria da atividade no entendimento do “conhecer” e “fazer” tem muito em comum com as abordagens antropológica, etnometodológica e da teoria ator-rede. A teoria da atividade proporciona uma forma de analisar as organizações como sistemas de conhecimento distribuídos, descentralizados e emergentes.

Segundo Blackler, Crump e McDonald (2003), os sistemas de conhecimento e o contexto de inovação apoiam-se no “fazer”, “apropriar” e “modelar”, utilizados nas situações em que diferentes grupos de especialistas devem cooperar, buscando alcançar os objetivos da organização. O “fazer” está relacionado às diferentes contribuições que diversas comunidades da organização trazem. Isso implica no gerenciamento de prioridades, infraestrutura e identidade, além de proporcionar inovações. O “apropriar” refere-se às relações entre comunidades de atividade envolvendo a gestão de autoridade e influência que interferem em questões como prioridade e identidade. O “modelar” diz respeito às realizações e possibilidades que envolvem a gestão das imaginações em que subjazem as estruturas de identificação de problemas, os recursos conceituais que as pessoas trazem com as suas atividades e as facilidades que elas têm para reflexão.

Para um melhor entendimento da teoria da atividade, Blackler, Crump e McDonald (2003) apontam uma distinção entre “ação” e “atividade”. Os autores descrevem que as ações são discretas e possuem de maneira clara seu começo e seu fim, elas existem durante um curto período de tempo e são orientadas por objetivos. Por outro lado, as atividades são padrões complexos da prática que duram por longos períodos e sugerem objetivos e motivos.

As atividades são culturalmente situadas, além de linguística e tecnologicamente mediadas,

elas surgem em comunidades, grupos, e envolvem a divisão de trabalho. Esses fatores e suas interações são descritos como “sistemas de atividade”, os quais são tomados como a unidade de análise das pesquisas que adotam a teoria da atividade como referência (BLACKLER; CRUMP; MCDONALD, 2003).

Como principais questões problematizadoras da teoria da atividade, destacam-se: o que as pessoas estão fazendo? Como e com quem elas fazem isso? Qual é a natureza da aprendizagem coletiva? E, finalmente, como as pessoas podem moldar os contextos que moldam suas práticas? (BLACKLER; CRUMP; MCDONALD, 2003).

Essas questões são respondidas pela teoria da atividade a partir da premissa de que a conduta humana é vista como uma atividade objeto-orientada. Um objeto é tanto algo dado como projetado, antecipado e construído, ou seja, os objetos são dotados de significados por meio de instrumentos culturais. Dessa maneira, o objeto determina possíveis ações a partir de seu significado para os membros da comunidade. Os objetos não aparecem, tomam forma ou se estabilizam sem a “instrumentalidade” cultural (ENGESTRÖM; PUONTI; SEPPÄNEN, 2003).

Em outras palavras, os objetos são válidos para os membros da comunidade apenas quando lhes são atribuídos um significado comum e compartilhado, não se referem somente aos artefatos físicos e inanimados, mas incluem elementos culturais não diretamente observáveis.

Por fim, é preciso reforçar que, na teoria da atividade, o trabalho serve de referência para o entendimento das práticas que são apontadas nessa abordagem como atividades que têm sua origem em ações que são objeto-orientadas.

A TRADIÇÃO DA SOCIOLOGIA DA TRANSLAÇÃO OU TEORIA ATOR-REDE (TAR)

Em 1981, Michel Callon e Bruno Latour publicaram um capítulo num livro editado por Karin Knorr Cetina e Aaron Cicourel - *“Advances in Social Theory and Methodology: Toward an Integration of Micro and Macro Sociologies”*, intitulado *“Unscrewing the big Leviathan or how actors macrostructure reality and how sociologists help them to do so”*. A partir dessa publicação, da ideia de Callon e Latour de que a ação social é uma combinação de elementos humanos e não humanos e que atores sociais podem ser entendidos da mesma forma, é que surgiu a Teoria Ator-Rede (TAR). A pergunta norteadora dessa abordagem é: “Como é possível vários elementos se tornarem um?” Ou seja, como pensar que atores sociais são a combinação de elementos humanos e não humanos? (CZARNIAWSKA; HERNES, 2005).

Gherardi e Nicolini (2003) apontam que a ideia de translação está fundamentada no trabalho do filósofo Michel Serres, no qual essa palavra implica em criar convergências e homologias de coisas que são, em princípio, diferentes. No contexto das práticas, a translação está presente quando um conhecimento abstrato está conectado a um conhecimento prático, vai de uma condição genérica para uma situada, ou no sentido contrário.

Segundo Gherardi e Nicolini (2003, 2005), a noção de translação de conhecimento remete ao processo pelo qual o conhecimento prático emerge, é sustentado, torna-se durável e eventualmente desaparece. A sociologia da translação pode ainda ser entendida como sociologia da mediação.

Os autores adotam ainda o conceito de rede como forma de compreender como ocorre a circulação do conhecimento em determinados grupos ou comunidades. Na Teoria Ator-Rede, não há distinção, *a priori*, entre o social e o técnico, ela busca estudar empiricamente como os padrões de ordem social e material emergem em consequência da organização de diferentes elementos na comunidade. Assim, essa teoria concentra-se em uma espécie de “materialismo relacional”, comprometido em compreender o contingente material e o caráter processual das redes sociais.

A noção central da Teoria Ator-Rede é a existência de intermediários que circulam entre vários atores. Os intermediários incluem objetos naturais ou artefatos, indivíduos e grupos, com as suas respectivas competências, textos e registros. Os intermediários representam a rede, tanto no sentido de fazê-la visível como de padronizá-la, eles traduzem a rede no tempo e no espaço. A noção de intermediário compreende uma grande variedade de elementos de interação social e relaciona-se a aspectos raramente considerados por outras teorias de conhecimento, assim, o intermediário contribui na criação e circulação do conhecimento na rede (GHERARDI; NICOLINI, 2003).

Callon (1992) aponta quatro tipos gerais de intermediário – seres humanos com suas habilidades e conhecimentos que geram e reproduzem; artefatos que incluem todas as entidades não humanas que facilitam o desempenho de uma tarefa; textos e “registros”, expressão que inclui tudo que é escrito ou gravado, assim como o canal pelo qual circulam; dinheiro em suas várias formas.

Essa abordagem socioconstrutivista do conhecimento, a partir das noções de translação e de rede, resgata uma agenda que durante algum tempo esteve fora dos debates em aprendizagem organizacional, a questão do poder. De acordo com uma visão foucaultiana pós-estruturalista, o poder é entendido nessa perspectiva da sociologia da translação, ou teoria ator-rede, como algo recursivo, ambíguo e de efeito contingencial relacional, dessa forma, conhecimento e poder são elementos inseparáveis da ação em rede. Essa concepção difere da ideia de poder como capacidade, ou como posse e controle de recursos. Assim, a aprendizagem e o conhecimento podem ser compreendidos como “viajantes” no tempo e no espaço que assumem as formas locais de acordo com as características da rede de poder-conhecimento (GHERARDI; NICOLINI, 2003, 2005).

Para que haja clareza sobre a dinâmica do conhecimento organizacional à luz da Teoria Ator-Rede, Gherardi e Nicolini (2003) afirmam que há a necessidade da compreensão dos modos de organização e dos discursos organizacionais, isso porque, para os autores, a noção de gestão do conhecimento deve ser refletida na comunidade acadêmica no sentido de indagar para que serve o conceito de gestão do conhecimento nas organizações, buscando entender o que está por trás do discurso e quais interesses existem ao redor desse tema.

TRADIÇÃO DOS ESTUDOS NO LOCAL DE TRABALHO (*WORKPLACE STUDIES*)

Incorporada ao trabalho de Gherardi de 2006, os estudos no local de trabalho apontam para mais uma forma de enxergar as práticas no contexto das organizações.

O termo *workplace studies* refere-se a um campo de análises que compartilham um interesse naturalístico das configurações do trabalho. Um local de trabalho, nessa abordagem, não é entendido apenas na sua condição física ou estática, mas socialmente construído por meio das interações entre os atores e, também, dos artefatos e tecnologias presentes no ambiente. Dessa maneira, em *workplace studies*, o trabalho é uma atividade na qual cada sujeito e objeto presente constitui e dá sentido para as ações que emergem das interações, ou seja, o foco está no conjunto de atividades que são assimiladas de forma tácita e fazem parte do conhecimento referente ao trabalho (GHERARDI, 2006). Um dos principais interesses está em compreender a tecnologia como elemento constitutivo da prática em que o mais importante é “a tecnologia em uso” ou “a tecnologia em ação”, em outras palavras, é a tecnologia como uma prática social (SUCHMAN *et al.*, 1999). Nesse sentido, a contribuição da tecnologia está em mediar a conversação e as interações entre os atores.

A partir desses pressupostos, essa abordagem busca compreender como as formas de trabalho são incorporadas pelos indivíduos, assim como as rotinas tácitas do trabalho. A tecnologia recebe atenção especial como elemento constitutivo dos locais de trabalho assim como é influenciadora na produção da cultura. A principal contribuição da tradição dos estudos no local de trabalho é a comunicação e a interação mediada pela tecnologia (BRUNI; GHERARDI; PAROLIN, 2007; GHERARDI, 2006; SUCHMAN *et al.*, 1999).

Uma forma de ilustrar o movimento dos EBP está representada na Figura 1.

Figura 1 – Representação gráfica dos Estudos Baseados em Prática



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Estudos Baseados em Prática é um movimento que vem se consolidando no contexto internacional e recentemente começa a ganhar espaço nas discussões e pesquisas brasileiras. Este artigo teve como objetivo apresentar o movimento dos Estudos Baseados em Prática a partir dos seus conceitos, história e perspectivas a fim de contribuir para que os interessados pelo tema possam compreendê-lo um pouco melhor nos seus elementos básicos. Assim, nota-se que se trata de um nome guarda-chuva para um conjunto de perspectivas teóricas que tem no conceito de prática o seu ponto convergente.

Um ponto relevante para esclarecimento é que os EBP não têm como finalidade descaracterizar as peculiaridades das suas cinco perspectivas aqui apresentadas, nem o objetivo de substituir suas respectivas nomenclaturas, mas evidenciar que há semelhanças e proximidades entre todas elas o que possibilita ao grupo de pesquisadores adeptos ao conceito de prática social uma amplitude para a investigação dos fenômenos organizacionais.

Dentre os temas que mais se destacam nas pesquisas relacionadas aos EBP é possível citar os relacionados à aprendizagem e conhecimento, competências, uso das tecnologias de informação, cultura organizacional, estética, processo organizativo, entre outros. Somado a esses, também faz parte dos EBP, o aprimoramento metodológico na investigação das práticas sociais por meio de métodos etnográficos e netnográficos como a *grounded theory* e a etnometodologia.

Do ponto de vista epistemológico, adotar as práticas sociais como referência para compreender como se formam as organizações e que por meio delas é possível aprofundar o entendimento dos fenômenos que neles ocorrem, abre a discussão se essa abordagem se constitui ou não como um paradigma.

Por fim, torna-se necessário apontar que os EBP, mesmo com a sua amplitude, não esgota todas as possibilidades de pesquisa sobre práticas. Apenas como exemplo, autores como Certeau (2008) ainda é pouco citado e trabalhado no âmbito dos EBP. Outro ponto importante é mencionar que, neste artigo, há um grande conjunto de conceitos e teorias que, de certa maneira, não foram aprofundados em razão do objetivo proposto de fazer um “vo” sobre o que de mais importante constitui o movimento dos EBP. Todavia, acredita-se que o artigo traz como principal contribuição, justamente, apresentar a amplitude e a complexidade dos EBP para aqueles leitores que buscam se iniciar no tema.

REFERÊNCIAS

ANTONELLO, C. S.; GODOY, A. S. Uma agenda brasileira para os estudos em aprendizagem organizacional. **RAE**, v. 49, n. 3, p. 266-281, 2009.

BISPO, M. S. **O processo de aprendizagem coletiva e o uso da tecnologia em agências de viagens**: contribuições dos estudos baseados em prática e da etnometodologia. São Paulo: Universidade Prebisteriana Mackenzie, 2011. 156 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Administração de Empresas, Centro de Ciências Sociais Aplicadas,

Universidade Prebisteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

BISPO, M. S.; GODOY, A. S. A Etnometodologia enquanto Caminho Teórico-metodológico para Investigação da Aprendizagem nas Organizações. **RAC**, v. 16, n. 5, p. 684-704, 2012.

BLACKLER, F.; CRUMP, N.; MCDONALD, S. Organizing Processes in Complex Activity Networks. In: NICOLINI, D.; GHERARDI, S.; YANOW, D. **Knowing in organizations: a practice-based approach**. New York: M.E. Sharpe, 2003. p. 126-150.

BLUMER, H. **Symbolic Interactionism: perspective and method**. USA: University of California Press, 1986.

BOURDIEU, P. **Outline of a theory of practice**. Cambridge: Cambridge Press, 1977.

BROWN, J. S.; DUGUID, P. Organizational learning and communities-of-practice: toward a unified view of working, learning and innovating. **Organization Science**, v. 2, n. 1, p. 40-57, 1991.

BRUNI, A.; GHERARDI, S.; PAROLIN, L. L. Knowing in a System of Fragmented Knowledge. **Mind, Culture and Activity**, v. 14, n. 1-2, p. 83-102, 2007.

CALLON, M. The Dynamics of Techno-Economic Networks. In: COOMBS, R.; SAVIOTTI, P.; WALSH, V. (eds). **Technological Change and Company Strategies: Economic and Social Perspectives**. London: Academic Press, 1992. p. 72-102.

CERTEAU, M. A. **Invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

COHEN, I. J. Teoria da estruturação e práxis social. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (orgs). **Social Theory Today**. São Paulo: Unesp, 1999. p. 393-446.

COSTA, C. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2005.

CZARNIAWSKA, B. Organizing: how to study it and how to write about it. **Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal**, v. 3, n. 1, p. 4-20, 2008.

CZARNIAWSKA, B.; HERNES, T. (eds). **Actor-Network Theory and Organizing**. Copenhagen: Liber & Copenhagen Business School Press, 2005.

ENGESTRÖM, Y.; PUONTI, A.; SEPPÄNEN, L. Spatial and Temporal Expansion of the Object as a Challenge for Reorganizing Work. In: NICOLINI, D.; GHERARDI, S.; YANOW, D. **Knowing in organizations: a practice-based approach**. New York: M.E. Sharpe, 2003. p. 151-186.

GARFINKEL, H. **Studios en Etnometodología**. Barcelona: Anthropos, 2006.

GEIGER, D. Revisiting the concept of practice: Toward an Argumentative Understanding of Practicing. **Management Learning**, v. 40, n. 2, p. 129-144, 2009.

GIDDENS, A. **The Constitution of Society**. Cambridge: Polity Press, 1984.

GHERARDI, S. From organizational learning to practice-based knowing. **Human Relations**, v. 54, n. 1, p. 131-139, 2001.

_____. **Organizational Knowledge: The Texture of Workplace Learning**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

_____. Practice? It's a Matter of Taste!. **Management Learning**, v. 40, n. 5, p. 535-550, 2009.

GHERARDI, S.; NICOLINI, D. The Sociological Foundations of Organizational Learning. In: DIERKES, M. *et al.* (Org.) **Organizational learning and knowledge**, Oxford: Oxford University Press, 2001. p.35-60.

____.; _____. Transfer is to Transform: The Circulation of Safety Knowledge. In: NICOLINI, D.; GHERARDI, S.; YANOW, D. **Knowing in organizations: a practice-based approach**. New York: M.E. Sharpe, 2003. p. ???

____.; _____. Actor-Networks: ecology and entrepreneurs. In: CZARNIAWSKA, B.; HERNES, T. (eds). **Actor-Network Theory and Organizing**. Copenhagen: Liber & Copenhagen Business School Press, 2005. p. 285-306.

GHERARDI, S.; NICOLINI, D. ODELLA, F. Toward a Social Understanding of How People Learn in Organizations: the notion of situated curriculum. **Management Learning**, v. 29, n. 3, p. 273-297, 1998.

LAVE, J.; WENGER, E. **Situated Learning: Legitimate Peripheral Participation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

NICOLINI, D.; GHERARDI, S.; YANOW, D. **Knowing in organizations: a practice-based approach**. New York: M. E. Sharpe, 2003.

ROBERTS, J. Limits to Communities of Practice. **Journal of Management Studies**, v. 43, n. 3, p. 623-639, 2006.

STRATI, A. Knowing in practice: Aesthetic Understanding and Tacit Knowledge. In: NICOLINI, D.; GHERARDI, S.; YANOW, D. **Knowing in organizations: a practice-based approach**. New York: M.E. Sharpe, 2003. p. 53-75.

_____. Sensible Knowledge and Practice-based Learning. **Management Learning**, v. 38, n. 1, p.61-77, 2007.

SUCHMAN, L.; BLOMBERG, J.; ORR, J. E.; TRIGG, R. Reconstructing technologies as social practice. **American Behavioural Scientist**, v. 43, n. 3, p. 392-408, 1999.

WENGER, E. **Communities of practice: Learning, Meaning and Identity**. Cambridge: Cambridge Press, 1998.

_____. Communities of Practice and Social Learning Systems. In: NICOLINI, D.;

GHERARDI, S.; YANOW, D. **Knowing in organizations**: a practice-based approach. New York: M.E. Sharpe, 2003. p. 76-99.

YANOW, D. Seeing Organizational Learning: A “Cultural” View. In: NICOLINI, D.; GHERARDI, S.; YANOW, D. **Knowing in organizations**: a practice-based approach. New York: M.E. Sharpe, 2003. p. 32-52.

NOTAS

- 1 Estas informações foram fornecidas por Silvia Gherardi por meio de correio eletrônico a partir de uma solicitação minha em março de 2011.

**Marcelo
Bispo**

Professor da Universidade Federal da Paraíba e do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA/UFPB). Pesquisador do Núcleo de Estudos em Aprendizagem e Competências (NAC) da UFPB. Doutor em Administração pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mestre em Administração e Bacharel em Turismo pela Universidade Metodista de São Paulo e Bacharel em Administração pela Universidade Anhembi Morumbi.